

Parâmetros 'flexíveis' abrem margem no Orçamento de 2018

Por Fabio Graner, Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

O governo apresentou ontem a revisão do projeto de lei orçamentária de 2018, mas a nova versão já chegou defasada, com projeções econômicas antigas (como o crescimento de 2% para o PIB). Isto dá margem a uma subestimação da receita, e abre espaço para o governo lidar com eventuais frustrações, caso o Congresso não aprove algumas medidas propostas.

Com uma meta fiscal bem mais frouxa, de déficit de R\$ 159 bilhões, e o envio de medidas legislativas para ampliar a arrecadação e reduzir gastos, o governo conseguiu, para o ano eleitoral, ressuscitar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ampliar o espaço das despesas discricionárias, as quais pode gerenciar. Assim, a margem de manobra se amplia em algumas frentes.

A mensagem modificativa do Orçamento elevou o conjunto de despesas discricionárias em R\$ 50

bilhões, para R\$ 250 bilhões. Nesse valor estão contabilizadas aquelas consideradas obrigatórias, mas que o governo pode controlar seu fluxo de pagamento, como o Bolsa Família, e também aquelas mais clássicas, como os investimentos.

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, informou que o governo alterou de R\$ 1,97 bilhão para R\$ 25,9 bilhões o orçamento do PAC para 2018. O crescimento é quase metade de toda a expansão do gasto discricionário. O restante irá para ampliar o custeio.

Dyogo afirmou que, mesmo crescendo, a margem das despesas discricionárias é pequena, devido à expansão de gastos obrigatórios, como a Previdência: "O sistema previdenciário brasileiro é injusto e implica corte em todas as outras despesas. Previdência é o grande problema fiscal e precisa ser resolvido."

O ministro explicou que a postura cautelosa nas projeções dá margem de segurança para o governo trabalhar, mas admitiu a possibilidade

de uma revisão ainda neste ano. "Só queremos colocar reavaliação de PIB quando tivermos nível de segurança bastante elevado para não sofrermos depois uma frustração", disse. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem dito que o país tem condições de crescer mais que 2% no ano que vem, falando inclusive em números acima de 2,5%.

Para Dyogo, o envio da mensagem modificativa não deve alterar significativamente a discussão e aprovação da matéria pela Comissão Mista de Orçamento no Congresso. Ele informou ainda que membros do governo "explicaram" ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a necessidade de enviar as iniciativas de ajuste fiscal ao Congresso por medidas provisórias, assinadas ontem pelo presidente Michel Temer. Maia vinha defendendo o envio das medidas por meio de projeto de lei, gerando um impasse.

Além de manter as projeções de PIB em 0,5% neste ano e 2% em 2018, a mensagem fez algumas pequenas modificações em outros





parâmetros (ver quadro). No caso do IPCA, a previsão baixou de 3,7% para 2017 para 3,5%. Em 2018, o número foi mantido em 4,2%. Com a inflação menor, a estimativa para o salário mínimo baixou de R\$ 969 para R\$ 965 em 2018. Dyogo fez questão de enfatizar que o governo tem que seguir a regra de reajuste do piso salarial do país, definida pela inflação mais o PIB de dois anos antes. A estimativa de massa salarial para 2018 subiu - de 5,7% para 6,1% - diante das "surpresas" recentes.

A mensagem estima ainda o déficit da Previdência Social para o próximo ano em R\$ 192,8 bilhões, ante R\$ 204,4 bilhões na proposta original. As receitas com concessões e permissões passam de R\$ 19,5 bilhões para R\$ 18,9 bilhões. A queda reflete a saída de Congonhas, que retira R\$ 5,1 bilhões do Orçamento, parcialmente compensada pela receita maior prevista com a Eletrobras, que saltou de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 12,2 bilhões, valor considerado

"conservador".

A mensagem projeta que a dívida bruta deve saltar de 75,7% do PIB em 2017 para 78,5% do PIB em 2018, atingindo 80,3% em 2019.

Entre as medidas de ajuste, Dyogo afirmou que o impacto líquido da reoneração da folha de pagamento nas receitas é de R\$ 5,8 bilhões no primeiro ano. Segundo ele, na despesa esse efeito será de R\$ 3 bilhões. A estimativa considera aprovação neste ano e vigência a partir de abril de 2018, devido à noventena.

Segundo ele, a elevação da contribuição previdenciária de servidores de 11% para 14% para quem ganha acima do teto previdenciário de R\$ 5 mil também tem que cumprir noventena. Já a medida que muda a tributação de fundos exclusivos, e os equipara aos demais fundos, cumpre apenas regra de anualidade. Ou seja, se aprovadas neste ano podem valer no começo do ano que vem.





Parâmetros 2017-2018

Projeções de índices selecionados

Parâmetro	PLOA		Mensagem modificativa	
	2017	2018	2017	2018
IPCA (%)	3,7	4,2	3,5	4,2
INPC (%)	3,5	4,2	3,1	4,3
PIB real (%)	0,5	2,0	0,5	2,0
Salário mínimo (R\$)	937,00	969,00	937,00	965,00
Taxa de juros Selic (% a.a. dez)	8,25	8,0	7,3	7,25

■ Resultado primário - Receitas e despesas (em R\$ bilhões)

Discriminação	2017*	PLOA 2018	Nova PLOA 2018**
Receita total	1.372,5	1.437,1	1.456,5
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	824,0	879,0	886,7
Incentivos fiscais	-1,3	0,0	0,0
Arrecadação líquida para o RGPS	375,6	393,8	403,4
Outras receitas	174,2	164,3	166,4
Concessões e permissões	28,6	19,5	18,9
Transferências por repartição de receita	227,8	238,6	243,5
Receita líquida	1.144,6	1.198,5	1.212,9
Despesas	1.303,6	1.327,5	1.371,9
Benefícios da Previdência	559,8	598,2	596,3
Pessoal e Encargos Sociais	284,4	301,3	296,9
Outras despesas obrigatórias	213,7	227,8	228,6
Despesas obrigatórias com controle de fluxo	127,7	135,2	137,6
Despesas discricionárias	118,1	65,0	112,6
Primário do governo central	-159,0	-129,0	-159,0

Fonte: Ministério do Planejamento. *avaliação 4º. bimestre. ** Com mensagem modificativa.

Governo quer ampliar uso do FGTS como garantia de consignado

Por Ribamar Oliveira e Fabio Graner | De Brasília

O governo estuda ampliar o uso do saldo do FGTS como garantia de empréstimos consignados, confirmaram fontes credenciadas da área econômica. Atualmente, a legislação prevê que apenas o trabalhador demitido sem justa causa possa usar os 10% do seu saldo do FGTS oferecidos como garantia do empréstimo consignado.

A ideia é ampliar o benefício também para os trabalhadores que pedirem demissão ou saírem por justa causa. As mesmas fontes explicaram que até agora os bancos não utilizaram essa garantia prevista em lei. "O objetivo é alavancar esse instrumento de crédito", explicou uma fonte. "Até agora, os bancos não usaram essa garantia para os empréstimos porque entendem que, da forma em que está redigida, a lei só cobre parte do risco de crédito da instituição."

O ministro da Fazenda, Henrique

Meirelles, disse que o que puder ser feito no FGTS, o será, mas considerando-se o fato de que o recurso é utilizado para financiar saneamento e habitação de baixa renda. O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, por sua vez, ressaltou que o FGTS não pode ser visto como uma solução para todos os problemas.

Pela proposta, a parcela de até 10% do FGTS do trabalhador ficará apartada para que o banco possa executar a garantia, caso o contrato de trabalho seja rescindido. Ainda não está definido, no entanto, quando a execução da garantia poderá ser feita. Uma ideia em estudo é fixar um número de meses em que o trabalhador ficar desempregado.

A medida faz parte de um conjunto de ações de estímulo à economia, que está sendo coordenado pelo ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Outra medida, que foi antecipada pelo Valor, prevê a possibilidade de redução da idade de resgate dos recursos do PIS/Pasep.

O chamado "pacote de bondades" seria uma espécie de contrapartida às medidas impopulares que o governo será obrigado a adotar para fechar as contas de 2018, disseram as fontes. Entre essas medidas estão o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e a discussão da reforma da Previdência.

Enquanto discute novas medidas econômicas, o governo avalia que ações como a liberação das contas inativas do FGTS tiveram papel fundamental na retomada, que vem sendo liderada pelo consumo e assim deve continuar, como mostra nota técnica produzida pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento.

O texto diz que, embora a tendência já seja de recuperação, os investimentos devem ter trajetória mais lenta, vindo como elemento dinamizador da economia. Por outro lado, a trajetória de recuperação do consumo já começou e deve atingir seu pico em 2019, "puxando o PIB





mais rápido para seu nível pré-recessão" e impulsionado pelo afrouxamento monetário. "O cenário encontra-se propício para tal fato. Espera-se que os efeitos de outras medidas estruturantes do governo federal auxiliem na robustez da retomada", diz o texto.

A nota técnica destaca que a liberação das contas inativas do FGTS no segundo trimestre foi o elemento que impulsionou o início da recuperação do consumo. "O saque do FGTS foi o responsável pelo turning point [ponto de inflexão] do consumo", disse o secretário Marcos Ferrari, titular da Seplan. Ele lembrou que a medida ajudou o Brasil na transição após o início do ciclo de queda dos juros. "O FGTS fez a ponte dada a defasagem da política monetária."

Ferrari explica que a saída da

crise atual é mais lenta e longa do que em outros episódios, por conta da profundidade e disseminação do processo recessivo. A nota técnica da área dele aponta semelhanças entre a trajetória da crise atual no Brasil com os EUA em 2008.

Nesse desenho comparativo, a Seplan mostra que a retomada do crescimento nos EUA pós-crise ocorreu em um ritmo semelhante à média dos dez anos anteriores à crise, hipótese que eles consideram razoável para o Brasil. O modelo aponta que o investimento vai crescer e dinamizar a atividade econômica, mas seu nível pré-crise só será retomado em 2022. Considerando-se as medidas do governo em curso e ainda a serem adotadas esse processo pode ser acelerado e isso pode ocorrer em 2021, acredita a secretaria.

Prazo para adesão ao Refis é prorrogado para 14 de novembro

Por André Guilherme Vieira, Andréa Jubé e Fabio Murakawa | De São Paulo e Brasília

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou ontem à noite que o prazo para adesão ao programa de regularização tributária, o Refis, será prorrogado até 14 de novembro. O ministro fez as afirmações após visitar o presidente Michel Temer, que despachou ontem com assessores de sua residência, em São Paulo, onde se recupera de uma cirurgia.

"Nós tínhamos sugerido fortemente às empresas para não apostarem demais nisso [Refis], porque uma hora vai dar problema. O problema é que muitas empresas de fato acabaram deixando para a última hora e acabou havendo dificuldade para cumprir o prazo de amanhã. Então nós demos esse prazo até o dia 14", afirmou Meirelles.

Com isso, empresários e pessoas

físicas inadimplentes com a Receita Federal podem renegociar suas dívidas até 14 de novembro. Trata-se de mais um afago aos deputados, que pressionavam o governo pela aprovação do Refis com várias concessões, e pleiteavam a ampliação do prazo. Na semana passada, o presidente sancionou a medida provisória do Refis com quatro vetos. O mais polêmico foi o que proibiu a adesão de micro e pequenas empresas inscritas no Simples. O veto a esse trecho do programa gerou protestos de deputados da base aliada de Temer no Congresso.

Relator no Senado da medida provisória que criou o novo programa de parcelamento de dívidas tributárias, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) pediu ontem que o governo prorrogasse o prazo de adesão das empresas ao chamado 'novo Refis'. A MP foi aprovada em 5 de outubro no Senado e só foi sancionada no último dia 24 de outubro, véspera da votação da

denúncia contra o presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados. Segundo Ataídes, a Receita Federal só disponibilizou os formulários para adesão ao programa em seu site no último dia 26, quinta-feira. E o prazo para a adesão venceria hoje.

"Se o prazo continuar vigente, os empresários não vão conseguir aderir ao programa", disse Ataídes na tarde de ontem. "E o governo vai perder até R\$ 10 bilhões em arrecadação." Ele defende que, por conta da crise os empresários em dívida com o fisco tiveram que "optar entre pagar seus impostos ou honrar a folha de pagamento".

Em entrevista à imprensa sobre o Orçamento de 2018, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira foi perguntado também sobre o Refis, mas não detalhou o impacto do programa no orçamento do ano que vem. Ele ainda disse que não tinha conhecimento do adiamento do prazo do programa.

A superreforma do ministério

Por Raymundo Costa

Apesar das pressões em sentido contrário, o presidente Michel Temer só pensa em mudar o governo no início de abril, quando 20 ou mais ministros e dirigentes de estatais devem deixar seus cargos para disputar as eleições de outubro de 2018. Atualmente, são 17 os ministros pré-candidatos a algum cargo eletivo, mas a conta não considera os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), já lançado à Presidência pela bancada do PSD na Câmara dos Deputados, e dois outros homens-chaves do governo - Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, e Moreira Franco, titular da Secretaria de Governo, que devem sobreviver à grande dança das cadeiras.

Chefe de um governo impopular, Temer conta com a grande mudança ministerial de abril como um trunfo a seu favor em 2018. Se 17 ministros saírem, são outros 17 que entram. Com a sucessão aberta em praticamente todos os Estados, inclusive nos maiores colégios eleitorais do país, nos quais até agora não despontaram favoritos, o governo federal tem possibilidades nas articulações de bastidor para a composição das alianças. Esse é um terreno em que Michel Temer, Eliseu Padilha e Moreira Franco sabem como poucos se movimentar.

Se recuperação econômica criar um ambiente mais favorável ao presidente - no momento quem

cabala votos quer mais é distância - o Palácio do Planalto vai tentar organizar uma candidatura da situação. Por enquanto, mede as próprias forças. A curto prazo, o desafio é manter sob controle as demandas dos aliados que ajudaram o presidente e os dois ministros a salvarem seus pescoços e agora querem uma retribuição à altura no governo. Nos cargos com poder de multiplicação eleitoral e na pauta de votações do Congresso. Um bom teste deve ocorrer na votação de vetos prevista para a noite desta quarta-feira, com destaque para o projeto da convalidação dos incentivos fiscais.

Meirelles pode sair mas Ilan e Dyogo ficam no governo

A votação da segunda denúncia acabou com qualquer dúvida que pudesse restar sobre os problemas de relacionamento entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Michel Temer. Cada vez mais Rodrigo aponta dificuldades que Temer teria para aprovar medidas importantes no Congresso sem o seu auxílio, sobretudo a reforma da Previdência. Temer gostaria de acelerar a tramitação da proposta; Rodrigo, que é um defensor da reforma, remancheia de olho no seu eleitorado do Centrão, onde a proximidade das eleições arrefeceu o ânimo reformista. Por isso Maia

quer retardar ou ditar o ritmo da emenda da Previdência. Temer dificilmente aceitará a tutela do presidente da Câmara.

Haverá um outro governo a partir de abril, montado já a partir dos interesses de Michel Temer na sucessão presidencial. Pelo cenário atual, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria de Governo), homens-chaves do mandato Temer, ficam no ministério. A pergunta é se aguardam a eleição nos mesmos postos ou trocam de pasta, visto que dificilmente ambos ficarão expostos à caça do Ministério Público Federal. A composição em torno da candidatura mais próxima ou apoiada pelo governo é que dará a resposta. Outro homem-chave é Henrique Meirelles.

O ministro da Fazenda não é o pré-candidato do peito do presidente. Mas as candidaturas dos partidos aliados, segundo as pesquisas, somadas não chegam a 15%, no melhor cenário. Do centro para a direita só Jair Bolsonaro se destaca. Isso permite a Meirelles se colocar como o candidato da recuperação econômica, se forem confirmadas as projeções de retomada do crescimento para 2018. Na equipe econômica ficam Ilan Goldfajn, atual presidente do Banco Central, e o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Os presidentes do BNDES, Paulo Rabello de Castro, e da Caixa





Econômica Federal, Gilberto Occhi, estão na planilha na célula de possíveis candidatos. Nada certo.

A mudança de abril terá impacto nas articulações para alianças nos principais Estados, a começar por São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, onde a sucessão de Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes está aberta. A única coisa certa é que o vice-governador Márcio França (PSB), titular do cargo a partir de abril, será candidato à reeleição com ou sem o apoio de Alckmin. Do governo Temer devem disputar a eleição dois ministros: Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores), provavelmente candidato à reeleição ao Senado, e Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia), cujo leque de possibilidades vai de uma candidatura a deputado federal, passando pela de vice-governador, até governador de São Paulo.

Do Rio de Janeiro deve sair o ministro da Indústria e Comércio, Marcos Pereira, candidato a uma vaga na Câmara ou no Senado, e o deputado Leonardo Picciani (Esportes), candidato à reeleição. No PMDB a candidatura de Eduardo Paes ao governo é dada como certa, visto que o ex-prefeito não foi atingido de morte pela sucessão de escândalos que envolveu a política da antiga capital. Um problema que vai exigir a habilidade de Michel Temer, pois a vaga também é cobiçada pelo

vereador César Maia (DEM), pai de Rodrigo, o presidente da Câmara.

A sucessão também está aberta em Minas Gerais, onde o senador Aécio Neves, um dos mais fieis aliados do presidente no PSDB, encontra dificuldades para se reeleger, sobretudo depois que foi envolvido na delação premiada da J&F. Mais um enrosco: a eleição de Pernambuco, que deve contar com a participação de três ministros de Temer: Bruno Araujo (PSDB), de Cidades, e Raul Jungmann (PPS), da Defesa, para deputado e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia) a governador do Estado.

A eleição da Bahia, o quarto maior colégio eleitoral do país, apresenta contornos mais claros: Antonio Imbassahy, cuja cabeça já está a prêmio no Centrão, será candidato ao Senado ou à Câmara. O governador Rui Costa faz um governo bem avaliado e dá a largada como um dos poucos candidatos favoritos do PT, muito embora o prefeito de Salvador, ACM Neto seja a principal aposta do DEM para 2018. O apoio do governo federal pode dar o empurrão que Neto precisa para brilhar onde mais reluz a estrela do PT.

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

E - m a i l :
raymundo.costa@valor.com.br

Contas penduradas

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O Orçamento de 2018 chega ao Congresso com fragilidades. As MPs que sustentam parte do esforço fiscal estão sendo enviadas junto com o Orçamento. Se não forem aprovadas ou se forem alteradas, muda a equação, cujo melhor resultado é um déficit de R\$ 159 bi. A questão fiscal se agravou muito nos últimos anos, e a melhor medida é a dívida pública, que atingiu 73,9% do PIB. O déficit do INSS bate recordes.

Pelo menos, o cenário econômico que o governo traçou para fazer a previsão das suas contas é positivo e possível. Pelas projeções, a inflação subirá um pouco, mas ficando no centro da meta. Os juros ficarão estáveis na casa dos 7%, e o PIB crescerá 2%, pela avaliação do Ministério do Planejamento, estimativa considerada conservadora pelo próprio ministro Dyogo Oliveira. Claro que num ano eleitoral as incertezas podem provocar turbulências no câmbio, que afetam os juros e a inflação, mas tem chance de ser mesmo um ano de recuperação. O problema é que a incerteza fiscal permanecerá. O problema foi o governo ter cedido tanto, no tempo e no conteúdo, para satisfazer suas bases. Em agosto, o

governo disse que adiaría o pagamento da parcela de 2018 dos reajustes dos servidores. Fora dado pela própria administração Temer, mas teve que ser adiado.

Além disso, outra medida anunciada foi a de aumentar a contribuição previdenciária dos funcionários que ganham acima de R\$ 5 mil. Avisou que elevaria a tributação dos fundos exclusivos. Também se sabia que o governo iria propor a reoneração da folha. Tudo isso em agosto. Ontem, penúltimo dia de outubro, a equipe econômica não sabia pela manhã como colher a assinatura do presidente nas MPs que teriam que ir junto com o Orçamento. Temer estava de manhã no hospital e só teve alta na hora do almoço. Essa corrida de ontem é porque o governo deixou as MPs dormindo na Casa Civil, enquanto o presidente e alguns dos seus ministros estavam ocupados em se defender da segunda denúncia na Câmara. E uma das estratégias era não editar qualquer proposta que pudesse incomodar os deputados que votariam pela permanência do presidente. Agora, chegando na reta final do ano, é que o Orçamento foi fechado.

E mesmo assim tratando como aprovadas MPs que podem ter oposição no Congresso. Houve concessões como a não privatização de Congonhas. Só isso tirou R\$ 5,1

bilhões da receita. Se o presidente tivesse considerado que não podia vender o aeroporto por algum motivo sólido, fazia sentido recuar. Mas foi para atender à pressão de Valdemar Costa Neto, do PR. O Banco Central divulgou ontem a nota fiscal que deixa mais uma vez clara a situação calamitosa das contas públicas. O déficit do INSS bateu novo recorde histórico: chegou a R\$ 178,5 bilhões em 12 meses até setembro, ou 2,75% do PIB. Desde outubro do ano passado o número negativo vem aumentando ininterruptamente. Para se ter uma ideia de como é rápida a deterioração dos números da Previdência, há dois anos, em setembro de 2015, o déficit era de R\$ 63,3 bilhões. Houve crescimento de 182% no período.

A dívida bruta subiu mais um pouco, para 73,9% do PIB. Somente em setembro, o déficit primário, sem considerar os gastos com juros, foi de R\$ 21 bilhões, muito acima da média dos últimos 13 anos, de R\$ 500 milhões, segundo levantamento da consultoria Rosenberg Associados. Nos últimos 12 meses, número negativo em R\$ 152,4 bilhões, ou 2,35% do PIB. Mais de um ano após o início do governo Temer, não há nada ainda que indique reversão de tendência nos dados das contas públicas. O governo chega assim ao último ano deste mandato cheio de turbulências





e incertezas, com um impeachment e duas denúncias do presidente que assumiu o cargo. Se alguma das medidas não for aprovada, ou for adulterada no Congresso, o Orçamento ficará inconsistente ou terá que sofrer novos cortes. O esforço agora terá que ser duplo e concentrado: aprovar a peça orçamentária e todas as medidas que a sustentam antes do fim do ano. Tudo poderia ter sido apresentado antes, se a agenda do Palácio do Planalto fosse governar o Brasil em vez de ser defender-se para permanecer no poder.

Reforço de R\$ 30 bilhões

Enfraquecido politicamente, governo acelera concessões em 2018 para elevar arrecadação

GERALDA DOCA

-BRASÍLIA- Fragilizado politicamente no Congresso e a pouco mais de um ano do fim do mandato, o governo vai concentrar esforços na agenda de infraestrutura para elevar a arrecadação e atrair novos investimentos. Para a empreitada, técnicos que trabalham com a carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) reelegeram os projetos prioritários para assegurar pelo menos R\$ 30 bilhões de receitas em 2018. O carro-chefe é a privatização da Eletrobras, mas cresceram as apostas nos leilões de óleo e gás, sobretudo com a possibilidade do fim do regime de partilha (no qual a União é dona do petróleo). Também ganhou relevância a prorrogação de concessões de ferrovias existentes, além do leilão de um trecho da Norte-Sul. O governo manteve na lista de prioridades as concessões das rodovias de Integração do Sul e das BR-364 e BR-365, em Minas Gerais. Também está decidido a licitar, em 2018, a Nova Dutra. Neste caso, vai abandonar o sistema de Proposta de Manifestação de Interesse (PMI), em que os interessados fazem os estudos iniciais do leilão.



Força concentrada. Linhas de eletricidade: governo levanta R\$ 29 bilhões em 16 meses com programa de infraestrutura. Meta é conseguir R\$ 30 bilhões em seis meses

O governo está finalizando a contratação do Banco Mundial para este propósito. Além da menor tarifa de pedágio, será avaliado como critério para definir o vencedor a maior outorga para a União. A ideia é iniciar uma fase de transição para que o vencedor assuma a via em 2021, quando termina o contrato atual. Muitas concessões devem ficar para o próximo governo. Perderam prioridade na carteira de projetos os aeroportos, com a retirada de Congonhas da lista e o adiamento do leilão de 13 terminais, que só deve ocorrer em 2019. A licitação da Ferrovia Ferrogrão (entre Sinop, no Mato Grosso, e Itaituba, no Pará), cujos estudos entraram em consulta pública ontem, também não deve se concretizar, diante do risco do

negócio e do investimento pesado (de R\$ 12 bilhões). A relicitação de Viracopos (Campinas) e da BR-040 (entre Brasília e Juiz de Fora), devolvidas à União, ficarão para o próximo governo.

LOTEAMENTO PODE AFETAR VENDA DA ELETROBRAS

Segundo um técnico a par das discussões, as eleições em 2018 vão exigir a antecipação da agenda de infraestrutura para o primeiro semestre. Segundo dados do PPI, em 15 meses de existência do programa, dos 145 projetos anunciados para privatização e concessão, 54 foram concluídos (37% da carteira total). O governo





conseguiu levantar R\$ 29 bilhões com infraestrutura no período. No total, foram previstos R\$ 137 bilhões em investimentos ao longo dos anos, mas boa parte deles está em fase de maturação, e existem ativos que ainda não foram leiloados. A previsão para 2018 significa, na prática, levantar R\$ 30 bilhões em seis meses. A concentração da agenda para o período de janeiro a junho vale, principalmente, para os ativos do setor de óleo e gás. Para isso, haverá uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em novembro, para definir quais áreas serão leiloadas.

Se o certame ficar para o fim do ano será o caos, porque as equipes estarão no governo de transição, explicou uma fonte. No caso de óleo e gás, estão previstas três rodadas: 5ª de campos marginais (terrestres); 15ª no regime de concessão e 4ª rodada do pré-sal. Neste caso, o governo afirma que a arrecadação da União poderá dar um salto com o fim do regime de partilha. Os valores serão estimados depois que forem definidas quais áreas serão leiloadas. Nos leilões realizados na última sexta-feira, por exemplo, quando o governo arrecadou R\$ 6,15 bilhões em bônus, analistas estimavam que o montante poderia ter chegado a R\$ 40 bilhões caso os certames tivessem sido realizados no modelo de concessão. A receita futura oferecida à União pelas empresas, porém, ficou acima das expectativas do governo. Também será preciso dar celeridade

ao processo de privatização da Eletrobras e o primeiro passo é obter a aprovação do Congresso, o mais rápido possível, para que o BNDES possa iniciar a contratação dos estudos este ano.

Ainda assim, como é preciso estruturar uma grande operação de mercado, a expectativa é que a operação só seja concretizada no segundo semestre de 2018. Outro foco de apreensão por causa da mudança de governo diz respeito à prorrogação das concessões de ferrovias existentes em troca de investimentos. A previsão é que a primeira renovação seja da ALL Malha Paulista S.A, prevista para abril. Também estão na fila as concessionárias MRS (Minas Gerais, Rio e São Paulo), FCA (Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio) e Vale (entre Vitória e Minas Gerais). A previsão é que as concessionárias invistam R\$ 25 bilhões em cinco anos. A maior parte dos recursos para o próximo ano deverá vir da privatização da Eletrobras (R\$ 20 bilhões). O valor exato será conhecido após a conclusão dos estudos. As áreas envolvidas já elaboraram a minuta de medida provisória com a modelagem, a ser enviada ao Congresso nos próximos dias. Antes da oferta de ações, o governo terá de leiloar seis distribuidoras da estatal (no Norte e Nordeste).

Na avaliação dos técnicos, o Executivo enfrentará resistências no Congresso para privatizar a

Eletrobras, porque as subsidiárias da estatal Chesf, Eletronorte e Furnas foram loteadas por indicações políticas. O lobby pesado de políticos mineiros contrários ao leilão das usinas da Cemig foi uma amostra das dificuldades que o governo vai enfrentar, destacou uma fonte. O PPI foi criado pelo governo de Michel Temer para se contrapor ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bandeira da gestão petista. Os leilões de aeroportos (Brasília, Viracopos, Guarulhos, Galeão e Confins) ajudaram o governo anterior a obter receitas. Com a crise na economia e envolvimento das construtoras na Lava-Jato, os concessionários não conseguiram pagar as outorgas, que foram reprogramadas. No setor de petróleo, houve mudanças na legislação. No caso do pré-sal, o único leilão foi o de Libra, em 2013.

AO LONGO DE 30 ANOS - PRÉ-SAL DEVE RENDER R\$ 600 BILHÕES

Os dois leilões do pré-sal, realizados na última sexta-feira, vão gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 600 bilhões por 30 anos ao governo federal. A avaliação foi feita ontem por Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), durante evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os recursos só vão entrar no caixa da União assim que os campos comecem a produzir petróleo, o que deve ocorrer entre sete e oito anos. A estimativa feita por Oddone





é R\$ 200 bilhões maior que a previsão anterior, que somava R\$ 400 bilhões. Ele explicou que o número precisou ser refeito após as empresas terem oferecido uma percentagem de óleo-lucro pelas áreas ofertadas no certame maior que o esperado. Como o leilão foi feito sob o regime de partilha, ganharam as empresas que ofereceram o maior óleo-lucro, ou seja, a parcela em óleo do ganho obtido com a exploração de petróleo já descontados os custos com produção e investimento.

O percentual de óleo-lucro oferecido no leilão chegou a 80%. — A gente falava em R\$ 400 bilhões em 30 anos, nominal. Isso leva em conta toda a arrecadação, como royalties, óleo-lucro, impostos, tributos e Imposto de Renda. Mas com as alíquotas ofertadas no leilão e usando as mesmas premissas, o resultado é R\$ 200 bilhões a mais — disse Oddone, destacando que a forma como os recursos serão usados é uma “decisão política”. Mas, como foi feito em regime de partilha, a arrecadação com o bônus fixo ficou em R\$ 6,15 bilhões, abaixo da expectativa do governo, de R\$ 7,75 bilhões. Isso ocorreu porque duas das oito áreas não foram arrematadas. — Teve gente dizendo que o leilão não tinha arrecadado o previsto porque só se olhou para o bônus de assinatura. Mas a arrecadação total mostra que será avassaladoramente superior — afirmou. (Bruno Rosa)

Corpo a corpo - MARTIN RAISER

‘Privatização não substitui ajuste fiscal’

Para diretor do Banco Mundial no Brasil, objetivo da concessão deve ser aumento da qualidade e da eficiência, o que exige negociação cuidadosa

MANOEL VENTURA

BRASÍLIA - O diretor do Banco Mundial no Brasil, Martin Raiser, avalia que o programa de privatizações do governo federal não poderá substituir o ajuste fiscal. Ele afirma que diversas estatais são mal geridas, mas o governo não pode ter pressa nos preparativos para as concessões.

Como avalia o pacote de privatizações?

De maneira geral, vejo de forma positiva. Em primeiro lugar, o Brasil é um destino potencial muito atraente para os investidores internacionais. O Brasil tem a oportunidade de atrair capital, em particular para o setor de infraestrutura, num momento em que o governo tem poucos recursos para investir. Em segundo lugar, há ampla evidência de que muitas empresas estatais são mal geridas. Investidores estratégicos poderiam fazer muito para melhorar a gestão dos ativos de infraestrutura e, com isso, aumentar a competitividade da economia como um todo.

É possível gerenciar a privatização de vários projetos ao mesmo tempo, com muitos deles sendo licitados em ano de eleição?

As licitações para concessões precisam ser muito bem preparadas. Se, na fase de preparação, o governo não abordar adequadamente os principais riscos, pode ter de assumir responsabilidades no futuro. É importante ver as privatizações como um caminho para se atingir maior eficiência. Isso exige negociação cuidadosa dos termos contratuais. E, ainda que o interesse internacional seja elevado, alguns investidores podem decidir esperar pelos resultados das eleições de 2018 antes de realizarem investimentos.

Parte das privatizações foi pensada como forma de fechar as contas públicas. Ter a arrecadação como meta é um bom caminho?

A experiência internacional sugere que o objetivo principal da privatização deve ser obter melhor gerenciamento de qualidade e maior eficiência, ao mesmo tempo em que transfere riscos que o setor privado tem condições de gerenciar melhor. O aumento das receitas nunca deve ser um objetivo primário. Sejam claros: privatização não substitui ajuste fiscal

Governo adia reajuste salarial de servidores



Propostas. Dyogo Oliveira disse que Legislativo "tem toda a soberania para julgar e aprovar ou não as medidas"

outro lado, o governo cedeu à pressão dos parlamentares e anunciou que a adesão ao novo Refis será prorrogada por mais duas semanas, até o dia 14 de novembro. A adesão ao programa terminaria hoje, mas o relator do Refis, deputado Newton Cardoso Junior (PMDB-MG), vinha pedindo mais prazo. A equipe econômica estima que, depois das alterações feitas pelo Congresso no programa, a arrecadação final será de R\$ 7 bilhões em 2017 e zero em 2018.

Funcionalismo pagará alíquota maior para Previdência. Previsão para mínimo cai no Orçamento de 2018

MARTHABECKE BÁRBARA
NASCIMENTO

BRASÍLIA- Passada a votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer no Congresso, o governo decidiu enviar as propostas de ajuste fiscal do ano que vem ao Legislativo por meio de medidas provisórias (MPs). Apesar dos apelos da base aliada para que o instrumento utilizado fosse projeto de lei — o que seria um agrado ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) — a equipe econômica convenceu Temer de que esse não é o momento de correr

riscos. Por isso, serão enviadas ao Legislativo, hoje, duas MPs: uma que aumenta o Imposto de Renda (IR) para fundos exclusivos; e outra que adia o reajuste do funcionalismo de 2018 para 2019 e eleva a contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%.

Elas irão acompanhadas dos novos parâmetros para o Orçamento de 2018. Neles, a projeção para o salário mínimo do ano que vem foi reduzida de R\$ 969 para R\$ 965. Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a decisão sobre o reajuste do funcionalismo já estava definida, só faltava ser formalizada: — É uma medida importante, que a população apoia, para que todos possam colaborar neste momento importante de ajuste para o país. Por

PREVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO SEGUE INFLAÇÃO

Em setembro, o governo conseguiu o aval do Legislativo para ampliar o déficit primário de 2018 de R\$ 129 bilhões para R\$ 159 bilhões. Mas os técnicos informaram que, mesmo com um rombo maior, seria necessário adotar um conjunto adicional de ações para fechar as contas. Várias delas precisariam ser feitas por meio de MP. No entanto, Rodrigo Maia, que teve recentes desentendimentos com o Palácio do Planalto, sinalizou que poderia dificultar a tramitação de propostas apresentadas nesse formato. Diante disso, foi considerada a possibilidade de apresentar projetos de lei, o que acabaria sendo mais arriscado. No caso do IR sobre fundos exclusivos, por exemplo, é preciso que a medida





seja apresentada em um ano para vigorar no seguinte, por causa do princípio da anualidade. Já o adiamento do reajuste dos servidores também precisa ser imediato, o que só pode ocorrer por MP.

A avaliação é que o governo não teria condições de barrar aumentos depois que eles entrassem em vigor. Com a resistência do Congresso, o governo sabe que pode ter uma tramitação difícil das MPs. Ontem, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o Legislativo “tem toda a soberania para julgar e aprovar ou não as medidas que o governo propõe”. Em relação à aprovação do Orçamento, no entanto, o ministro considera que não haverá dificuldades e que ela se dará dentro do cronograma. Oliveira, explicou que a queda na previsão do salário mínimo ocorreu porque a projeção para a inflação em 2017 caiu. Esse número é utilizado no cálculo da remuneração, além do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. A previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve uma redução de 3,5% para 3,1%. Oliveira enfatizou que o valor previsto na proposta orçamentária para o mínimo não é definitivo, mas apenas uma projeção.

A estimativa para o salário mínimo do próximo ano já havia sido reduzida em agosto, de R\$ 979 para R\$ 969. Atualmente, a remuneração mínima dos brasileiros está em R\$ 937. — O governo não tem o poder

de definir o salário mínimo, ele tem que atribuir a inflação — disse o ministro. Limitada pelo teto dos gastos e por um Orçamento engessado pela Previdência e pela folha do serviço público, a equipe econômica terá uma margem ainda menor para fazer investimentos em 2018. Oliveira informou que as despesas puramente discricionárias no ano que vêm somarão R\$ 112,6 bilhões. Esse valor é R\$ 5,5 bilhões menor que o previsto para 2017. A totalidade da despesa discricionária prevista para 2018 é de R\$ 250,2 bilhões. O ministro explicou, no entanto, que esse montante inclui também aqueles gastos que são classificados como discricionários, mas que, na prática, são obrigatórios, como aqueles com o programa Bolsa Família, com saúde e com benefícios para servidores.

As despesas com Previdência subirão de R\$ 559,8 bilhões em 2017 para R\$ 596,3 bilhões em 2018, alta de R\$ 36,5 bilhões. Já os gastos com pessoal passarão de R\$ 284,4 bilhões para R\$ 296,9 bilhões na mesma comparação, crescimento de R\$ 12,5 bilhões. — Nos próximos orçamentos teremos uma piora nas despesas obrigatórias. Elas continuarão elevadas, enquanto as despesas discricionárias terão que cair. O ajuste está sendo feito pelo lado das despesas discricionárias. Isso reforça a necessidade de aprovarmos a reforma da Previdência — comentou Oliveira. Ao ser perguntado sobre o risco de paralisação dos investimentos em

2018, caso alguma medida do ajuste fiscal não seja aprovada pelo Congresso, Oliveira explicou que o governo foi conservador em suas projeções justamente para não ter que fazer cortes excessivos nos investimentos em caso de alguma frustração em outra área.

DÍVIDA BRUTA ATINGE R\$ 4,789 TRILHÕES

Ao alterar a meta fiscal de 2018, o governo foi obrigado a rever também as projeções para o comportamento da dívida pública. Agora, a projeção é que a dívida bruta (principal indicador de solvência observado pelo mercado) saltará de 75,7% do PIB em 2017 para 80,7% em 2020. Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central, a dívida bruta atingiu um saldo recorde de R\$ 4,789 trilhões, ou 73,9% do PIB, em setembro. Isso ocorreu apesar do pagamento antecipado de R\$ 33 bilhões da dívida do BNDES com o Tesouro Nacional. Os recursos devolvidos pelo banco de fomento foram usados para abater a dívida bruta. No entanto, como as contas públicas continuam no vermelho, o alívio não foi suficiente para baixar o estoque. O Ministério da Fazenda informou ontem que o banco também já fez outro pagamento antecipado, desta vez de R\$ 17 bilhões, de sua dívida com o Tesouro. Com isso, o total devolvido em 2017 ficará em R\$ 50 bilhões.

Temer contraria Maia e faz ajuste fiscal com duas MPs

MARIANA CARNEIRO
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

Após embates com o Congresso, Michel Temer assinou nesta segunda (30) duas medidas provisórias de ajuste fiscal que terão impacto no Orçamento de 2018.

Temer despachou de São Paulo, após receber alta do Hospital Sírio-Libanês, onde estava internado desde sexta (27) para o tratamento da próstata. As duas MPs foram publicadas em edição extra do "Diário Oficial" ainda na noite desta segunda.

Com as medidas provisórias e a arrecadação prevista com a reoneração da folha de pagamentos, no ano que vem, o governo ampliou a previsão de receitas em R\$ 14,5 bilhões no Orçamento de 2018.

Em uma das medidas provisórias, o governo adiou o reajuste dos servidores federais para 2019 e elevou a contribuição previdenciária

da categoria de 11% para 14% (nos valores que superem o teto do INSS, hoje de R\$ 5.531). O impacto estimado é de R\$ 6,6 bilhões (economia de R\$ 4,4 bilhões com a postergação do reajuste e aumento da arrecadação previdenciária em R\$ 2,2 bilhões).

O aumento da contribuição previdenciária passa a valer imediatamente após a noventa, ou seja, em fevereiro, segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O governo previa economizar R\$ 5,1 bilhões com o adiamento do reajuste dos servidores, mas reduziu a cifra em R\$ 600 milhões na nova programação orçamentária.

Segundo Oliveira, a revisão se deveu à necessidade de abrir concursos para recompor vagas. Não haverá abertura de novos postos.

O texto da MP também trouxe as medidas de redução de custos com

auxílio-moradia, como anunciado pelo governo em agosto. Agora, o benefício concedido ao funcionário terá validade máxima de quatro anos.

Na segunda medida provisória, os fundos de investimentos exclusivos fechados passam a ter regime de tributação semelhante aos demais fundos e, assim, pagarão mais impostos. Com essa iniciativa, o governo espera arrecadar mais R\$ 6 bilhões.

As duas medidas provisórias deverão ser apreciadas no ano que vem pelo Congresso, mas segundo Oliveira, isso não deve afetar o cumprimento da meta fiscal de 2018.

MP OU PL

O debate sobre as medidas provisórias expôs divisão entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o governo. Maia defendia que as propostas fossem apresentadas ao Congresso por projeto de lei, o que dá força ao Legislativo na tramitação.





Temer cogitou ceder, mas foi convencido pela equipe econômica da urgência das medidas para o Orçamento de 2018. Oliveira afirmou, nesta segunda, que também conversou com Maia.

"Tivemos contato, explicamos as razões de cumprimento de noventa e vigência antes do fim do ano. Temos muito respeito à postura do Congresso Nacional, mas tivemos que tomar as medidas dessa maneira e vamos trabalhar juntos", disse.

A reoneração da folha de pagamentos será proposta por meio de projeto de lei, uma vez que a medida provisória sobre o tema caducou sem ser votada.

Na nova programação, o governo afirma que a reoneração renderá uma arrecadação líquida de R\$ 5,8 bilhões em 2018, o que se soma à redução de compensações ao Tesouro Nacional, estimadas em R\$ 3 bilhões em 2018.

O governo também ampliou os gastos para 2018 em R\$ 44,5 bilhões.

Colaborou DANIEL CARVALHO, de Brasília

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Mudanças terão impacto no orçamento de 2018



R\$ 6 bilhões

Tributação de fundos exclusivos

Em vez de cobrar o Imposto de Renda no saque, a cobrança será feita ano a ano pela variação do valor das cotas



R\$ 4,4 bilhões

Reajuste adiado

Os reajustes salariais que foram concedidos aos servidores civis federais serão postergados para 2019



R\$ 2,2 bilhões

Contribuição previdenciária

Servidores federais com salários acima de R\$ 5.300 passarão a pagar uma alíquota de 14%. Hoje, ela é de 11%



R\$ 12,6 bilhões

é o impacto estimado nas contas do governo

Governo eleva para R\$ 12,2 bilhões estimativa de receita com Eletrobras

DE BRASÍLIA

O governo ampliou de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 12,2 bilhões a arrecadação com a privatização da Eletrobras em 2018. A nova cifra foi incluída na programação orçamentária que será apresentada nesta terça (31) ao Congresso.

O governo venderá parte da energia produzida por 14 usinas hidrelétricas, cujas concessões foram renovadas em 2013. Nesse processo, chamado de descotização, o governo arrecadará recursos com a outorga do direito de uso dessa energia.

Segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a estimativa inicial era muito conservadora e projeções privadas dão conta de que a receita gerada com essa operação poderia chegar a R\$ 20 bilhões. “A estimativa [de R\$ 12,2 bilhões] ainda pode ter superior, dependendo de de-

cisões que serão tomadas”, afirmou Oliveira, mencionando, como exemplo, compensações à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Mesmo com a estimativa mais otimista, o governo reduziu a previsão de receitas com concessões, de R\$ 19,5 bilhões para R\$ 18,9 bilhões. Pesou negativamente a retirada, por pressão política do PR, do aeroporto de Congonhas da lista de privatizações em 2018.

O Planejamento elevou em R\$ 47,6 bilhões as despesas discricionárias e obrigatórias com controle de fluxo — sem regras rígidas de desembolso ou correção — que estavam excessivamente reduzidas na versão original.

Segundo Oliveira, R\$ 24 bilhões serão destinados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que havia sido praticamente zerado na previsão original. (MC)

Governo eleva alíquota previdenciária e adia reajuste salarial dos servidores

Orçamento. Propostas, consideradas impopulares por parlamentares, foram enviadas ao Congresso por meio de medidas provisórias dois meses após terem sido anunciadas pela equipe econômica; pacote prevê ampliar a arrecadação em R\$ 12,6 bilhões

Idiana Tomazelli
Eduardo Rodrigues
Lorena Rodrigues

O governo apresentou ontem a nova versão do Orçamento de 2018 e encaminhou, dois meses após o anúncio, as Medidas Provisórias que vão garantir R\$ 12,6 bilhões extras no ano que vem com aumento de arrecadação e corte de despesas. A demora no envio das medidas ao Congresso teve como objetivo não atrapalhar as negociações para barrar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer.

As mudanças são consideradas impopulares pelos parlamentares, preocupados já com as eleições de 2018, mas são tidas pela equipe econômica como necessárias para equilibrar o Orçamento. Para aumentar a receita em 2018, o governo elevou a alíquota previdenciária dos servidores federais de 11% para 14% e adiou o reajuste deles para 2019.

A contribuição sobre o salário

até o teto do INSS (R\$ 5.531,31) continua em 11%. Os servidores que ganham mais pagarão os 14% sobre a parcela que excede o teto. A contribuição dos trabalhadores do setor privado continua de 8% a 11%. Os servidores prometem reagir às medidas anunciadas pelo governo.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Claudio Damasceno, acusou a equipe econômica de montar uma pauta contra o funcionalismo. “Certamente, vamos de alguma forma reagir. Nada está descartado”, afirmou em relação à possibilidade de greve.

Os auditores querem que o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reúna nesta semana para traçar uma estratégia de mobilizações no Congresso para barrar as medidas. Também com o objetivo de ampliar a receita o governo vai taxar fundos de investimento exclusivos fechados, para clientes de alta renda. Hoje, esse tipo de investimento só paga imposto no resgate, mas passará a ser tributado anualmente.

O orçamento incorporou ainda a ampliação de R\$ 30 bilhões na meta de déficit fiscal de 2018. Isso

significa que as despesas do governo federal no ano que vem podem superar as receitas com impostos e contribuições em até R\$ 159 bilhões. O envio das MPs, que têm vigência imediata, estiveram no centro de um impasse entre a equipe econômica, o Palácio do Planalto e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Maia reclamou recentemente do excesso de MPs enviadas por Temer e ameaçou devolver novas propostas. Depois de deixar as medidas em “banho-maria” durante as negociações em torno da denúncia, o Planalto decidiu reativá-las. O governo terá de trabalhar agora no convencimento dos parlamentares, já que as MPs têm prazo de 120 dias para serem votadas.

“Explicamos para ele (Maia) todas essas situações, a necessidade de que medidas estejam em vigor antes do fim do ano. Temos que trabalhar juntos”, disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Diante das resistências, a equipe econômica optou por deixar uma “margem de segurança” no Orçamento, mantendo a projeção de crescimento do PIB em 2% em 2018, abaixo do que preveem os economistas.





NOVO ORÇAMENTO

● Dois meses após envio da primeira versão, com números fictícios, governo apresenta novos números

Meta fiscal

EM REAIS



Novas projeções

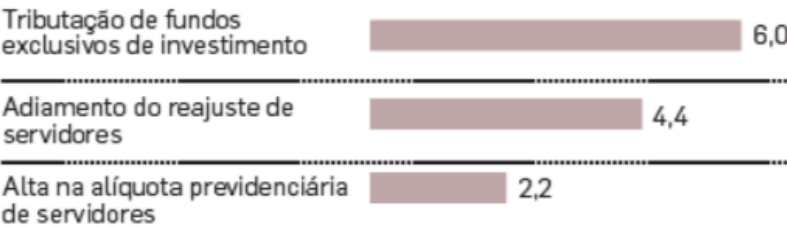
Salário mínimo
R\$ 965,00

Rombo na Previdência
R\$ 192,8 bilhões

Ações para ampliar a arrecadação

EM BILHÕES DE REAIS

MEDIDAS PROVISÓRIAS



PROJETO DE LEI



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Relator afirma que vai ampliar receitas em 5%

O relator de receitas do Orçamento, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse ao Estadão/Broadcast que vai elevar as estimativas de arrecadação em seu parecer para uma alta real de 5%, já considerando um maior crescimento do País no ano que vem. Hoje, segundo ele, o governo conta com aumento nas receitas de 2,5% a 3% acima da inflação. A nova versão do Orçamento traz uma expectativa de arrecadação maior com o processo de privatização da Eletrobrás como antecipou o Estadão/Broadcast.

A primeira previsão era de R\$ 7,5 bilhões em receitas com a operação de descotização das usinas da estatal, pela qual ela paga um bônus à União em troca da retomada da comercialização de sua energia a preços de mercado. Agora, esse valor passou a R\$ 12,2 bilhões e pode chegar a R\$ 15 bilhões dependendo do cenário, disse o ministro do Planejamento.

A estatal pagará a outorga com

recursos da emissão de ações que será feita em mercado, sem participação da União, que será diluída como acionista da companhia. O aumento na previsão, porém, mal foi suficiente para compensar a retirada do Aeroporto de Congonhas da lista de concessões no ano que vem.

O governo esperava arrecadar R\$ 5,1 bilhões com a operação, mas precisou voltar atrás diante da pressão exercida pelo PR, que tem no Ministério dos Transportes sua área de influência, em meio às articulações para a votação da denúncia.

Do lado dos gastos, o governo usou praticamente todo o espaço extra de R\$ 44,5 bilhões (proporcionado pela mudança da meta e pelas medidas de receita) para permitir um gasto maior com despesas discricionárias, como investimentos e custeio da máquina administrativa.

Governo reduz projeção de alta do mínimo

Com a expectativa de uma inflação menor neste ano, o governo reduziu de R\$ 969 para R\$ 965 a projeção para o salário mínimo a ser pago em 2018. Pela lei, o valor do piso salarial brasileiro é corrigido pelas variações dos preços medida pelo INPC e do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Na mensagem modificativa enviada ao projeto do Orçamento do ano que vem, o governo reduziu a estimativa do INPC de 2017 de 3,5% para 3,1%. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, ressaltou que se trata apenas de uma estimativa para o salário mínimo, e que o valor oficial será definido apenas em janeiro.

“O governo não tem a liberdade de escolher o salário mínimo, deve aplicar a variação do INPC. O governo não pode conceder nem a menos e nem a mais”, afirmou. Dyogo disse também que, como o mercado de trabalho tem reagido de maneira positiva, a projeção para a alta da massa salarial

também ficou maior, passando de alta de 4% para 4,7% neste ano e de 5,7% para 6,1% em 2018.

A previsão para o INPC de 2018 passou de 4,2% para 4,3%, enquanto a estimativa para o IPCA neste ano caiu de 3,7% para 3,5% e, para 2018 foi mantida em 4,2%. Com a folga proporcionada pela mudança na meta fiscal de 2018 para um rombo R\$ 30 bilhões maior, o governo passou a incluir no Orçamento do ano que vem a previsão de novas contratações de servidores.

Dyogo Oliveira disse que serão feitos poucos novos concursos e essas reposições serão limitadas ao número de vagas que ficarem em aberto em 2017, seja por demissões ou aposentadoria. O ministro disse não ter em mãos o número de servidores que devem ser contratados em 2018, mas o impacto dessas admissões nas despesas deve ser de R\$ 700 milhões.

L.R., E.R. I.T.

CONJUNTURA »**R\$ 700 milhões para para contratar servidor**

Governo envia mensagem modificativa do Orçamento de 2018 ao Congresso, na qual prevê abertura de vagas para substituição por aposentadoria, demissão ou morte. Quem já está na ativa, no entanto, não terá reajuste no ano que vem

ANTONIO TEMÓTEO
HAMILTON FERRARI

Os concurreiros que estavam desanimados com a escassez de certames podem ter boas notícias ao longo de 2018. A mensagem modificativa do orçamento de 2018, enviada ontem pelo governo ao Congresso Nacional, prevê a disponibilidade de R\$ 700 milhões para contratação de novos servidores. Entretanto, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, detalhou que a quantidade de vagas se limitará ao número de trabalhadores da administração pública federal que se aposentarem, forem demitidos ou morrerem ao longo do próximo ano.

Além disso, a pasta detalhou que a maioria das vagas deve ser destinada ao Ministério da Educação para substituição de profissionais nas universidades públicas. O Executivo ainda não tem uma estimativa do total de postos de trabalho, mas, além de novos concursos, os cadastros de reserva poderão ser usados para preencher as vagas existentes. A versão anterior do orçamento, enviada ao parlamento no fim de

agosto, não previa recursos para a contratação de pessoal. “Não tínhamos previsto nenhuma contratação. Agora estabelecemos contratação no limite da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), para recompor saídas. Antes não prevíamos nem contratação mínima de reposição”, explicou Oliveira.

Enquanto os interessados em ingressar no serviço público tiveram boas notícias, quem já trabalha na Esplanada dos Ministérios e nas diversas repartições espalhadas pelo país soube ontem que o adiamento do reajuste previsto para 2018 foi formalizado. Mesmo sob cuidados médicos, o presidente da República, Michel Temer, assinou a Medida Provisória que trata do tema. O Executivo espera economizar R\$ 5 bilhões no próximo ano se receber o aval do Congresso para não fazer os pagamentos já previstos em lei. “O adiamento vale para um conjunto de categorias do governo federal, que são aquelas mais bem remuneradas e que tinham feito acordo de reajuste por período de quatro anos”, disse.

Ficarão sem os reajustes os médicos peritos do INSS, auditores-fiscais e analistas tributários da Receita Federal, auditores-fiscais do Trabalho, analistas e especialistas em Infraestrutura, analistas-técnicos de Políticas Sociais, peritos federais agrários, funcionários do Dnit, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, carreira jurídica, carreira de finanças e controle, CVM, Susep, analistas e técnicos do Banco Central, carreira

do ciclo de gestão, carreira de diplomacia, Polícia Civil dos Ex-Territórios e Suframa.

As medidas fazem parte do esforço do Executivo para cumprir a meta fiscal do próximo ano, estimada em um rombo de R\$ 159 bilhões para o governo central e um déficit de R\$ 161,3 bilhões para o setor público consolidado. Para 2019, o Executivo espera uma necessidade de financiamento de R\$ 139 bilhões e de R\$ 65 bilhões em 2020.

Contribuições

O orçamento de 2018 ainda conta com a estimativa de arrecadação adicional de R\$ 2,2 bilhões com o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para 14%. Essa revisão incidirá nos contracheques dos servidores que têm remuneração superior ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atualmente em R\$ 5.531,31. O tema está presente na mesma MP que adiará os reajustes e outra foi editada para definir a tributação de fundos de investimentos exclusivos.

O envio das propostas ao Congresso ocorreu poucos dias após o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmar que não votaria mais medidas provisórias na Casa. Oliveira afirmou que conversou com Maia. “Explicamos a necessidade de que as medidas sejam aprovadas ainda este ano”, afirmou.



Proposta orçamentária

Veja as principais modificações enviadas ao Congresso para o Orçamento de 2018

PARÂMETROS

Confira as principais projeções do governo para a economia

Indicador	2017	2018
IPCA (% de aumento)	3,5	4,2
PIB (% de aumento)	0,5	2,0
Câmbio (US\$ 1/R\$)	3,18	3,29
Salário Mínimo (R\$)	937	965
Massa salarial real (% de aumento)	4,7	6,1

RESULTADO PRIMÁRIO

Diferença entre receita e despesa, fora gastos com juros, é negativa até 2020 (em R\$ bilhões)

Sector	2018	2019	2020
Sector público consolidado	-161,3	-137,8	-51,9
Governo Central	-159	-139	-65
Estatais	-3,5	-3,5	-3,5
Estados e municípios	1,2	4,7	16,6

DEFICIT DA PREVIDÊNCIA

Estimativa para o rombo do INSS é de quase R\$ 200 bilhões no ano que vem

Em R\$ bilhões



DÍVIDA BRUTA

Estimativa aponta que endividamento pode passar de 80% do PIB em 2020

Dívida (em % do PIB)

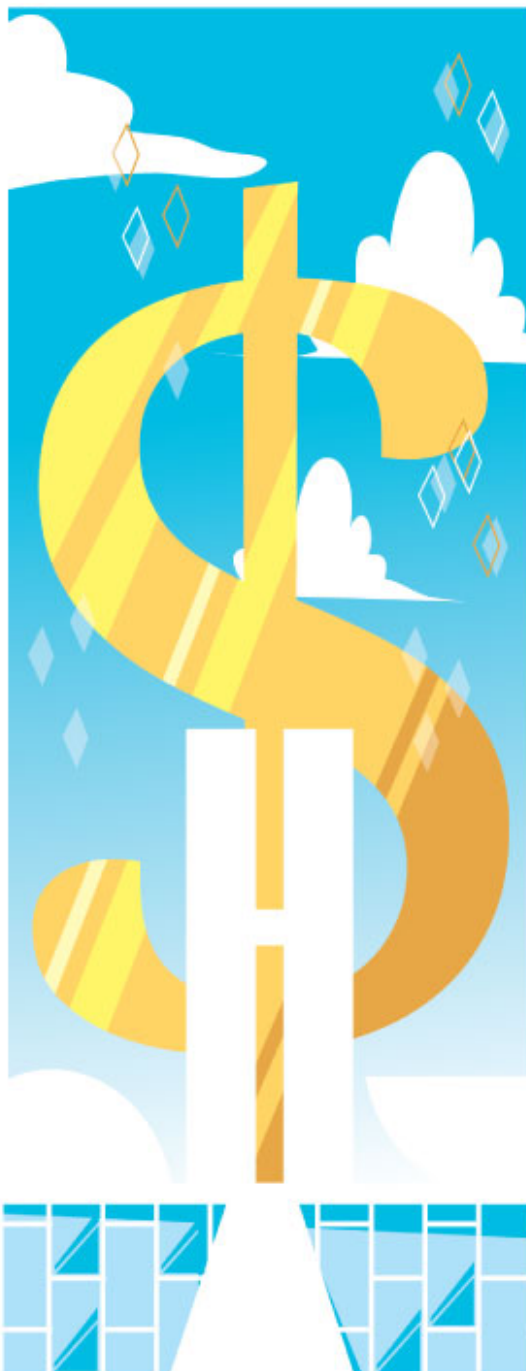


RECEITA

Veja o efeito das mudanças na projeção de arrecadação de 2018

Alteração	Impacto (em R\$ bilhões)
Mudança no Imposto de Renda dos fundos de investimentos fechados	6
Aumento da alíquota de contribuição previdenciária de servidores	2,2
Reoneração da folha de pagamento	8,3
Redução da Cofins com a reoneração da folha	-2,5
Concessões	-0,6
Parâmetros e realização	1,1

Fonte: Ministério do Planejamento



Mínimo cai de novo: R\$ 965

O governo reduziu a projeção para o salário mínimo em 2018. Conforme o Ministério do Planejamento, o valor esperado para o ano que vem passou de R\$ 969 para R\$ 965. Essa é a segunda revisão para baixo no piso remuneratório do país. Em agosto, o valor previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que era de R\$ 979, já havia passado para R\$ 969.

O salário mínimo é reajustado com base na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Pela regra, a cada ano, o aumento do piso corresponderá à variação do Produto Interno Bruto (PIB) do ano retrasado mais a inflação do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Como em 2016 houve recuo no PIB brasileiro (3,6%), o reajuste será calculado com base apenas na variação do índice de preços.

O novo valor para o salário mínimo veio, portanto, como resultado da queda da projeção do governo para o INPC. Segundo informou o Ministério do Planejamento, a projeção do índice de preços para 2018 passou de 4,3% para 4,2%, enquanto a

estimativa para 2017 caiu de 3,5% para 3,1%. A previsão de alta do PIB para o ano que vem foi mantida, na mensagem modificativa do Orçamento do próximo ano que será enviada ao Congresso Nacional. Para 2017, a projeção de expansão do PIB segue em 0,5%.

Despesas

A previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2018 também foi mantida em 4,2%, como já constava no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa). Para 2017, a equipe econômica revisou a estimativa de inflação de 3,7% para 3,5%. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, detalhou que, com a nova projeção para o valor do salário mínimo e com a alta na estimativa para a massa salarial real, o rombo da Previdência projetado para 2018 ficou R\$ 11,6 bilhões menor.

Com isso, o déficit nas contas do Instituto Nacional do Seguro Social, anteriormente estimado em R\$ 204,4 bilhões Ploa de 2018, agora passa a ser de R\$ 192,8 bilhões. Para 2017, a projeção do governo é de uma necessidade de financiamento de R\$ 184,2 bilhões nas contas previdenciárias. (AT e HF)

Esforço para aprovar a reforma

ALESSANDRA AZEVEDO
ANTONIO TEMÓTEO



Para Meirelles, a PEC da Previdência precisa ser votada nem que seja no início do próximo governo

O rombo das contas da Previdência Social — justificativa central para revisar as regras de aposentadoria e pensão — chegará a R\$ 192,8 bilhões em 2018, estimou o governo, em mensagem modificativa do Orçamento de 2018 enviada ontem ao Congresso Nacional. O ministério do Planejamento considera que as despesas com benefícios previdenciários atingirão R\$ 596,3 bilhões no ano que vem, mas espera arrecadar apenas R\$ 403,4 bilhões para cobrir esses gastos. O resultado: um déficit equivalente a 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. Para 2017, o rombo esperado é de R\$ 184,2 bilhões, valor que corresponderá a 2,8% do PIB.

Diante do cenário, o governo concentra esforços na aprovação da reforma da Previdência ainda este ano, apesar de o texto estar parado desde maio na Câmara dos Deputados. Embora o Executivo

esteja empenhado em avançar com a pauta, esbarra em forte resistência por parte de parlamentares. Nem o presidente Michel Temer acredita que haja votos suficientes para a aprovação da matéria hoje, ressaltou o presidente em exercício da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG). Segundo o deputado, mesmo sabendo das dificuldades, o presidente pretende emplacar pelo menos a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres — o que configuraria uma reforma bem mais enxuta do que a aprovada na comissão especial, em maio.

Tendo como ponto de partida os 251 votos que garantiram o arquivamento da segunda denúncia contra Temer, na semana passada, a estratégia do governo para atingir os 308 necessários a fim de aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) deve passar por negociação de cargos em ministérios e novas rodadas de conversas com os deputados. “Vamos ter que avaliar qual projeto de reforma seria aceito pela base. A partir daí, conversamos com os deputados que votaram contra o presidente, mas dizem ser favoráveis à reforma, e rezar para que eles estejam dizendo a verdade”, adiantou um dos integrantes mais ativos da tropa de choque de Temer, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), presidente da Comissão Especial da Reforma. Os encontros devem começar na semana que vem, após o feriado de Finados.

O principal porta-voz do assunto

no Executivo tem sido o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ontem, ele reconheceu que é difícil aprovar a reforma da Previdência em ano eleitoral, mas ressaltou, em entrevista à TV NBR, que “é muito importante que ela seja feita neste governo”. Se a PEC não for votada em 2017, o governo insistirá na apreciação do projeto em 2018, afirmou. “E se a reforma não for aprovada em 2018, devido ao período eleitoral, ela será o primeiro desafio do governo eleito para 2019. Por isso, seria importante fazermos a reforma logo, porque ela é necessária para o país”, disse o chefe da equipe econômica.

A teimosia do ministro

Apesar de reconhecer os obstáculos, Meirelles quer a aprovação do texto, se possível, ainda em novembro, e conforme passou na comissão especial. “O texto já foi enxugado (sic) e é o que defendemos”, reforçou, ontem, o ministro. Mas, nos bastidores, é praticamente consenso entre técnicos da equipe econômica do governo e consultores legislativos que novembro está fora de cogitação. Os otimistas acreditam que o texto mais simples possível só poderá ser votado em dezembro — se a base garantir o apoio necessário, de 308 votos, com alguma folga. Se não for votada até dezembro, a reforma deverá ficar para o próximo governo, embora Meirelles tenha garantido que insistirá em tocá-la mesmo que seja em ano de eleições.

**Dyogo Oliveira detalha
mensagem modificativa ao
PLOA 2018**

Vera Batista

O Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira, detalhará, nesta segunda-feira (30), às 17 horas, a mensagem modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018.

Em agosto, o Ministério decidiu não esperar a votação do projeto de lei que altera as metas fiscais deste ano e do próximo, o PLN 17/2017, para R\$ 159 bilhões, e resolveu enviar no último dia do mês Orçamento com a meta antiga para 2018, de um rombo de até R\$ 129 bilhões.

O PLN 17/2017 amplia o rombo das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 e de 2018 em R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões, respectivamente. Os objetivos fiscais do governo federal são déficits de R\$ 139 bilhões, neste ano, e de R\$ 129 bilhões, no ano que vem.

A previsão é de que a nova proposta, que chegará por meio de uma mensagem modificativa, incorporará a meta de déficit primário para o governo federal de R\$ 159 bilhões para o próximo ano. Essa meta foi aprovada pelo Congresso há um mês. O ministro, anteriormente, havia prometido enviar a mensagem modificativa até a 6 de outubro.